

Insultos à nação

O Congresso Nacional, e os parlamentares em particular, foram objeto de uma áspera polêmica com parte da imprensa e através dela. Tudo provocado pelos comentários extremamente críticos de uma apresentadora de televisão que, diga-se de passagem, não se justificavam pela generalização, pelo tom insultuoso e pela alternativa antidemocrática que os acompanhava. Não se trata de retomar a questão, embora, a bem da verdade, deva-se reconhecer que as críticas, feitas as ressalvas anteriores, não apenas são justificáveis como compartilhadas por grande parte da opinião pública devido mais à realidade dos fatos que à perversidade da mídia, como pretendiam alguns congressistas.

A realidade é que grande parte dos políticos brasileiros tem uma notável incapacidade para lidar adequadamente com a mídia e, através desta, com a opinião pública. É algo paradoxal, considerando-se que os parlamentares chegaram a essa posição obtendo um mandato eleitoral. O que aconteceu no caso das críticas foi que elas tiveram repercussão muito maior depois que os deputados dedicaram uma manhã a pronunciamentos em resposta à autora dos comentários, o que significa uma atenção e uma prioridade superiores à dedicada a importantes matérias em tramitação no Legislativo. Amanhã, completa-se o primeiro mês da última sessão legislativa da atual Legislatura e o resultado que a maioria dos parlamentares pode apresentar a seus eleitores é pígio. Na coluna dos créditos há a conclusão da CPI do Orçamento (ainda sem as punições) que, aliás, ocorreu durante a convocação extraordinária. Já na conta dos débitos há, entre outras rubricas, a longa série de sessões suspensas por falta de quórum. Valorativamente, se é verdade que a CPI serviu para apontar uma preocupação com a ética na política e demonstrar que os membros da Comissão trabalharam com afinco, também o é que as investigações revelaram que um número alarmantemente alto de se-

nadores e deputados dedicaram seus mandatos (e recursos públicos) à grandeza, não da pátria, mas de suas fortunas pessoais.

Na pauta de sessões do Congresso Nacional — excluindo-se, portanto, as agendas da Câmara dos Deputados, do Senado e das comissões técnicas de ambos — estavam, na ordem do dia da última quarta-feira, 95 matérias, incluindo 21 medidas provisórias e 52 vetos presidenciais com prazos para apreciação esgotados há anos. Na quinta e na sexta-feiras não houve votação na Câmara, no Senado, nem no Congresso.

Na quinta-feira, como se sabe, o Congresso Revisor votou as propostas sobre critérios de elegibilidade e sobre licença-maternidade para deputadas e senadoras. Este último item é mais uma evidência do fosso que separa os parlamentares do conjunto da Nação quando faltam pouco mais de 200 dias para as eleições, período ao longo do qual as possibilidades de votação se tornarão cada vez mais remotas pela própria exigência das campanhas.

O que choca no caso da licença-maternidade não é o mérito do projeto que, aliás, foi rejeitado porque faltaram cinco votos favoráveis de um total de 351 congressistas votantes — 233 ausentes. Em princípio, as parlamentares têm os mesmos direitos de qualquer cidadã. O que é um absurdo, antes de mais nada, é que a questão seja tratada em nível constitucional. Os constitucionalistas certamente terão dificuldade em encontrar algum precedente no exterior. O segundo aspecto é o da oportunidade: por mais que a Revisão seja fórum legítimo para corrigir os equívocos da Carta de 1988, este, com segurança, não é um de seus defeitos mais graves e o fato de que mereça esse desabafo no momento em que o presidente da Câmara dos Deputados, ocupando interinamente a Presidência da República, decreta estado de calamidade pública nos setores de assistência e saúde transformando o caso num insulto à Nação.